

A “Ambientalização Curricular” dos cursos superiores de turismo

*Luciana Thais Villa Gonzalez¹
Luiz Marcelo de Carvalho*

Resumo: Diante da inegável relação entre turismo e meio ambiente, este trabalho, que apresenta resultados parciais de uma dissertação de mestrado, procura trazer considerações para o debate sobre a formação profissional superior em Turismo e sua relação com a temática ambiental. Traz aspectos relacionados às discussões sobre a crise ambiental buscando refletir sobre a origem destas questões, alguns aspectos do quadro atual e perspectivas futuras. Também aborda de forma rápida a trajetória da atividade turística e os impactos ambientais que esta pode causar relacionando esta situação à necessidade de formação de profissionais aptos a lidar com a mesma. Neste sentido, enfatiza a importância da educação superior em relação à crise ambiental e as propostas de “ambientalização curricular” não apenas dos cursos de Turismo, mas de todas as áreas do conhecimento.

Introdução

As sociedades ocidentais contemporâneas começaram a se dar conta da gravidade da crise ambiental depois das sérias conseqüências provocadas pelas alterações ambientais ocorridas no decorrer do século XX. Segundo Hogan (1981), a emissão e concentração de poluentes, e as inversões térmicas delas decorrentes, resultaram em mortes e doenças crônicas em Pittsburg (1948, 20 mortes) e Londres (1952, 4000 mortes). No Japão, em 1956, o uso de metais pesados por uma indústria de fertilizantes, plásticos e fibras sintéticas provocou 107 mortes, além de 798 casos oficiais em que se constataram muitas alterações e anormalidades no estado de saúde de toda a população, prejudicando fauna e flora da região onde se localizava tal indústria. Alguns outros acidentes ambientais envolvendo indústrias de produtos químicos e usinas nucleares também mereceram destaque no século XX, como aqueles ocorridos em Niagara Falls (U.S.A.), Nova York (U.S.A. -1977), Sêveso (Itália, 1977), Cidade do México (México, 1985), Bhopal (Índia, 1985) e, talvez o que mais ficou conhecido pela população em geral, o acidente de Tchernobyl (URSS, 1986).

¹ Universidade Estadual Paulista – UNESP. E-mail: ltvgonzalez@yahoo.com.br

As diversas conseqüências provocadas pelas transformações antrópicas em diferentes ambientes naturais ou construídos pelo homem, mobilizaram vários setores sociais, com interesses muito diversos. No ano de 1968, por exemplo, o Clube de Roma encomendou ao MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) um relatório sobre as conseqüências do desenvolvimento humano no planeta intitulado “Limites do crescimento”. O Clube de Roma, organização constituída por empresários, políticos e cientistas tinham como objetivo discutir os limites do crescimento econômico levando em consideração o uso dos recursos ambientais. As discussões feitas por este clube – em nosso entendimento - eram de caráter fundamentalmente econômico, pois seus principais membros eram funcionários de alto escalão do setor industrial italiano e visavam a preservação de seus privilégios e posições no mercado mundial.

Este relatório que apontava para a situação gravíssima dos problemas ambientais mundiais defendia o crescimento econômico zero dos países tanto desenvolvidos como dos subdesenvolvidos para reverter o quadro de destruição ambiental do mundo e assim salvaguardar a vida no planeta. Este documento em muito contribuiu para uma visão catastrófica do futuro da vida na Terra (TOZONI-REIS, 2001; CARVALHO, 1989).

Analisando o relatório de uma forma mais crítica, acreditamos que a proposta de crescimento zero do Clube de Roma fundamentava-se na finitude dos recursos ambientais, e procurava manter e solidificar as diferenças econômico-sociais das relações do eixo norte-sul. Com um crescimento “zero”, os países subdesenvolvidos permaneceriam em sua situação de dependência econômica em relação aos países ricos e assim os quadros de pobreza, fome e desigualdade social do mundo se manteriam e passariam a ser considerados como normais e inevitáveis à custa da causa ambiental.

Posteriormente a esses acontecimentos vários eventos e oportunidades de debate sobre a crise ambiental surgiram em todo mundo, tais como a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano em Estocolmo – Suécia (ONU, 1972); o relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (1987); a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, Geórgia – URSS (UNESCO, 1977); a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro – Brasil (1992); e em 2002 a Conferência Rio + 10 em Joanesburgo – África do Sul (TOZONI-REIS, 2001).

Passados trinta anos das proposições do Clube de Roma e das conferências de Estocolmo, Belgrado, Tbilisi e Rio 92, a temática ambiental fortaleceu-se e ainda se fortalece como tema de discussão em âmbito mundial, e vem, cada vez mais, ocupando espaço no cotidiano das pessoas, das empresas e nas agendas de governos de muitos países.

De complexa abordagem, a questão ambiental provoca os mais diversos questionamentos sobre a relação que as sociedades ocidentais contemporâneas mantêm com a “natureza”. Os limites e incertezas desta relação estão dados. A qualidade de vida, não apenas dos seres humanos, mas de todos os seres vivos, está seriamente comprometida devido aos abusos que algumas sociedades cometem contra a natureza (SOFFIATI, 2005; LIMA, 2005).

É interessante observar atualmente que a questão ambiental é discutida e considerada relevante por grande parte da população. O reconhecimento em relação à importância e a prioridade desta questão são inegáveis. Para Carvalho (1989), há na verdade um “aparente consenso” em torno dos problemas ambientais, mas ao considerarmos as diferentes concepções político-ideológicas a eles relacionados o seu caráter controverso se expressa de forma imediata. Ainda mesmo quando se trata de questões que envolvem aspectos técnicos da temática ambiental as discordâncias tornam-se evidentes, mas nem sempre tais discordâncias chegam ao conhecimento do grande público.

No entanto, a crise ambiental que vivemos não é um fato recente e sim um “acontecimento” (CARVALHO, 2002) que vem se desenvolvendo desde o surgimento da espécie humana na Terra (CARVALHO, 1989; SOFFIATI, 2005).

Alguns autores defendem a idéia de que uma das causas desta crise é o processo de “separação” entre homem e natureza que começou a se intensificar na Antiga Grécia quando da passagem dos filósofos pré-socráticos que priorizavam o entendimento da *physis*, ou o mundo da natureza, para os filósofos do período clássico que davam prioridade ao *nomos*, ou “mundo da cultura” (BORNHEIM, 1985). Nesta fase temos uma priorização dos conhecimentos relacionados ao homem e ao que este era capaz de “construir”, surgindo assim uma dicotomia no pensar ocidental como “sujeito/objeto”, “corpo/alma”, “homem/natureza” e esta forma de pensar o mundo é, talvez, a característica mais marcante do Ocidente.

Também as religiões (o judaísmo e o cristianismo) em muito contribuíram e tiveram uma forte influência neste processo de crença na separação do homem em relação à natureza e na moldagem da cultura ocidental (SEVERINO, 1994). A Bíblia no Antigo Testamento em

Gênesis apresenta várias passagens nas quais o domínio humano em relação à natureza é dado por Deus.

Outro fator que solidificou a separação homem/natureza surgiu na Modernidade com o pensamento do filósofo René Descartes (1596 – 1650). Descartes revolucionou a lógica de seu tempo transformando a razão em um dos pilares da Modernidade e seu legado atualmente ainda nos influencia (SEVERINO, 1994). Em *Discurso sobre o Método*, Descartes discorre sobre o “método” que criou para buscar a verdade, e entre suas idéias que muito contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento humano, uma delas serviu para reforçar a crença na dominação da natureza pelo homem. Na página 71, do *Discurso sobre o Método*, Descartes afirma que o homem através do método criado por ele para conhecer a verdade poderia tornar-se “senhor e possuidor da natureza”.

Desta maneira a sociedade foi se distanciando da natureza gerando uma situação de crise (BORNHEIM, 1985; SOFFIATI, 2005) a qual tem levado as sociedades contemporâneas a refletir sobre a viabilização de atitudes e propostas de ação política para superá-la.

No caminho para a superação desta crise vários posicionamentos estão emergindo para seu enfrentamento. Por trás do “aparente consenso” (CARVALHO, 1989) podemos destacar várias diferentes posturas presentes no debate ambiental, sendo estas pertencentes a duas grandes correntes: os “artificialistas” que propõem que a solução para a crise ambiental está na tecnologia, esquecendo-se que a tecnologia foi um dos instrumentos que mais agravaram a crise ambiental, e os “naturalistas” que se dividem em quatro grupos (SOFFIATI, 2005):

- ✓ Os “exponencialistas” que acreditam que a natureza é ilimitada e pode “*sustentar um crescimento exponencial*” da sociedade, inclusive, a produção de lixo e outros subprodutos oriundos das atividades humanas;
- ✓ Os “compatibilistas” que buscam conciliar os atuais padrões de desenvolvimento econômico com a preservação da natureza, ou seja, buscam “conciliar o inconciliável”;
- ✓ O terceiro grupo é representado pelos “movimentos de defesa do meio ambiente” caracterizando-se por ser bastante dividido. Nela, podemos encontrar os “conservacionistas” que defendem o aproveitamento racional dos recursos naturais; os “ambientalistas” que enfatizam os danos dos modelos de desenvolvimento econômico sobre o “ambiente nativo”; os “ecologistas” que vão mais longe,

defendendo um sistema *filosófico construtivista e superador da Modernidade, por meio de uma transformação radical dos planos tecnológico, econômico, social, político, cultural das relações internacionais e das relações entre antropossociedades e natureza não-humana* (SOFFIATI, 2005, p.59); e os “preservacionistas” que querem voltar ao equilíbrio perdido entre homem e natureza;

- ✓ E o quarto grupo é aquele defensor do “determinismo biológico” representado pela sociobiologia na versão de Wilson (1981).

Em meio a todas estas diferentes posturas, podemos recorrer a Leff (2001; 2003) para entendermos melhor a crise ambiental. Leff (2001; 2003), em sua teoria da “complexidade ambiental”, aponta caminhos para uma transição da “racionalidade econômica à racionalidade ambiental”. Leff advoga o estabelecimento de uma gestão ambiental que não se limite apenas à regulação do processo econômico, à mercantilização e valoração dos recursos ambientais e a estudos de impactos parciais e desconexos, mas sim pela construção de um conceito de meio ambiente visto em sua amplitude natural, cultural, social, econômica e política, para que toda a sua complexidade possa ser entendida.

Assim, na busca de um novo modo de pensar o ambiente e de uma nova relação do homem consigo mesmo e com o mundo a que ele pertence, a educação surge como uma proposta plausível para o alcance desse objetivo. A educação ambiental vem ganhando espaço no debate sobre a crise ambiental e se consolida como prática viável para a busca de um novo pensar e agir no ambiente, apesar de ainda ser um campo em construção e de possuir em seu âmbito alguns conflitos teórico-ideológicos (CARVALHO, 1989).

De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) a educação ambiental *é um componente essencial e permanente na educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis do processo educativo*. Logo, a inserção da educação ambiental se faz necessária em todas as dimensões da educação, o que sem dúvida, inclui o ensino superior.

Para Riojas (2003), a inserção da temática ambiental no âmbito do ensino superior é um desafio colocado às universidades e instituições de ensino superior e não há como estas se esquivarem dessa abordagem. De acordo com esse autor (2003, p.238), as instituições de ensino superior são *o mais importante espaço de produção de conhecimentos na sociedade* e, no caminho para se “aprender a aprender a complexidade ambiental”, o âmbito educacional superior torna-se fundamental na construção do “saber ambiental”, no pensar a

“complexidade ambiental e no re-reconhecimento do mundo”, “no pensar o não pensado” para o encontro de alternativas de enfrentamento da crise que vivemos.

Há no âmbito educacional superior três tendências no processo de inserção da problemática ambiental, processo este que tem sido denominado por alguns de “ambientalização curricular”: a primeira seria a tendência do “adicionamento”, que consiste em somar um ou vários cursos ou disciplinas sobre meio ambiente ao currículo, sem modificar a lógica do mesmo; a segunda seria a tendência “transversalista” ou de “ambientalização do currículo”, que apresenta um caráter mais complexo em relação à primeira e procura integrar não apenas a uma disciplina, pesquisa ou seminário a problemática ambiental, mas fazê-lo durante todos os momentos em que ocorrer a formação profissional. No entanto, ainda há nesta tendência uma “lacuna a ser preenchida”, pois não há uma reflexão metodológica sobre a complexidade dos problemas ambientais. A última tendência é a “complementarista”, que criou um programa de estudos que incorpora o ambiental como foco principal da formação profissional superior (RIOJAS, 2003).

O processo de “ambientalização curricular” está sendo debatido e estudado em diversos países e a perspectiva de reformulações curriculares de cursos superiores em direção à ambientalização tem se mostrado promissora. De acordo com Pavesi (2007) diversos grupos, encontros e programas têm pesquisado e trabalhado a ambientalização curricular como: o programa *Copernicus* de cooperação interuniversitária sobre o ambiente da Associação de Universidades Européias (CRE-COPERNICUS, 1993); o GHESP (*Global Higher Education for Sustainability Partnership*); a OIUDSMA (Organização Internacional de Universidades para o Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente); e a AASHE (*Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education*) além de publicações como *International Journal of Sustainability in Higher Education*.

A exemplo de debates e discussões realizadas em torno da proposta de “ambientalização curricular”, no ano de 2001, um grupo que envolveu 11 universidades de 7 países da América Latina e da Europa propôs a constituição de uma rede denominada Rede Aces “Ambientalização Curricular do Ensino Superior”, que teve duração de dois anos, apresentando como resultado a elaboração de proposições e pesquisas que trabalhavam a questão da “ambientalização curricular”. A Rede Aces propôs dez características que um currículo deve apresentar para ser “ambientalizado”, e a partir deste marco referencial vários projetos foram desenvolvidos nas universidades participantes com o intuito de produção de

conhecimento sobre estes processos. Na perspectiva da Rede ACES as dez características de um currículo ambientalizado foram assim identificadas:

- compromisso para a transformação das relações sociedade-natureza, tendo como referência as relações dialéticas que se estabelecem entre estas transformações e as ocorridas nas relações sociais;
- a complexidade como princípio norteador da ação;
- ordem disciplinar: flexibilidade e permeabilidade; incorporação de temáticas e procedimentos diversificados relativos ao meio ambiente, através da abertura do currículo para interações entre cursos, disciplinas e profissionais de diversas áreas do conhecimento;
- contextualização local-global-local e global-local-global de problemáticas locais e globais no tratamento dos problemas referentes à relação homem-natureza;
- levar em conta o sujeito na construção do conhecimento. O sujeito – tanto como indivíduo como grupo- deve ser considerado no desenvolvimento de conteúdos, nas metodologias adotadas e nos projetos desenvolvidos;
- considerar os aspectos cognitivos e afetivos dos envolvidos, abrindo espaço para a proposição de ações que desenvolvam as dimensões ética e estética;
- coerência e reconstrução entre teoria e prática;
- orientação prospectiva de cenários alternativos, promovendo a formação de profissionais críticos, abertos para novas experiências e para propostas alternativas de gestão das relações sociedade-natureza;
- adequação metodológica, através da coerência e articulação entre conteúdos e metodologias, valorizando propostas metodológicas participativas;
- espaços de reflexão e participação democrática.

Apesar de a Rede Aces ter finalizado seus trabalhos no ano de 2004, as propostas e discussões de “ambientalização curricular” continuam acontecendo, não apenas nas universidades que participaram deste projeto, mas também em outros espaços de produção de conhecimento, como resposta à necessidade de inserção da temática ambiental no ensino superior.

Assim posto, entendemos que pesquisas que procuram compreender os caminhos, possibilidades e limites da inserção da temática ambiental nos diferentes cursos de formação profissional superior no Brasil constituem-se como experiências significativas de investigação.

É nesse sentido que estamos direcionando o foco deste trabalho para os cursos de nível superior em Turismo. O interesse por essa área do conhecimento se dá pelas características interdisciplinares do curso de turismo, pelas relações desta atividade com impactos ambientais e pelo significado econômico e social dessa atividade para vários países, incluindo o Brasil.

O turismo em todo o mundo é tido como a atividade econômica do futuro. Ele vem sendo considerado como “tábua de salvação” de países subdesenvolvidos e “potencializador” de benefícios econômicos em países desenvolvidos (RUSCHMANN, 1999, LAGE e MILONE, 2001). Os meios de comunicação de massa e algumas publicações científicas

divulgam que o turismo é um “grande” gerador de empregos, aumenta a entrada de divisas, favorece o saldo positivo da balança de pagamentos, promove a valorização cultural, o intercâmbio e pacificação entre povos, a movimentação de mais de 52 setores da economia de forma direta e indireta e o aumento da qualidade de vida das populações receptoras (RUSCHMANN, 1999).

No Brasil, a atividade turística começou a ganhar força e reconhecimento econômico a partir da década de 70 do século XX (TRIGO, 2000). Neste período, percebeu-se que o enorme potencial turístico do país vinha sendo desperdiçado e que a atividade poderia contribuir de forma efetiva para a resolução de muitos problemas de nossa sociedade, como o desemprego e a dependência de atração de investimentos estrangeiros. Mas somente na década de 90, *o turismo deixou de ser uma simples promessa mal compreendida para se tornar uma área cada vez mais importante de negócios, de planejamento e de gestão, baseados na competência e qualidade* (TRIGO, 2000).

No entanto, como atividade sócio-econômica, o turismo é considerado um grande causador de problemas ambientais. Para Ruschmann (1999), o meio ambiente é “matéria-prima” da atividade turística, e a deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure regiões com belas paisagens naturais e “espaços verdes” aos finais de semana e férias, fazendo com que o [...] *o homem urbano, agredido em seu próprio meio, passe a agredir os ambientes alheios* (RUSCHMANN, 1999, p.19).

Os impactos ambientais causados pelo turismo são inúmeros. Para exemplificar, Hamzah (1997) mostra que mesmo o turismo de “pequena escala” pode trazer impactos ambientais negativos. Na Malásia, onde o turismo de pequena escala foi implantado, a atividade provocou conflitos devido a recursos limitados como água, terra, esgotamento de habitat marinhos e ecossistemas. Em 1995, descobriu-se entre 20% a 40% de corais mortos nas águas em frente aos pontos turísticos populares da ilha, principalmente devido a sedimentos e à presença de *E.coli* na água da costa, excedendo em 92 vezes o permitido (HAMZAH, 1997).

Já no Brasil, em toda a região litorânea, a indústria turística provocou grandes modificações no ambiente para proporcionar lazer e entretenimento aos turistas. Alguns destes impactos podem ser mencionados e são freqüentes em cidades turísticas da costa brasileira, tais como: a especulação imobiliária, os loteamentos irregulares de áreas

ambientais de riqueza única, o aterramento de mangues, construções na orla marítima, a abertura de acessos a áreas ambientalmente frágeis e o desmatamento de morros e planícies (LUCIARI, 1999).

A cidade de Porto Seguro - BA é um exemplo típico em relação a alterações ambientais negativas que a atividade turística pode trazer a uma localidade. Segundo Silva e Fernandes (2005), o turismo em Porto Seguro provocou a urbanização desordenada e a especulação imobiliária da região, comprometendo a maioria dos ecossistemas da Costa do Descobrimento. Os autores também relatam que a maior parte das restingas, brejos, áreas de mananciais, florestas e manguezais foram e ainda estão sendo substituídos por empreendimentos hoteleiros, condomínios turísticos, complexos de entretenimento e lazer.

Todos esses impactos resultantes da atividade turística modificam completamente as paisagens e trazem inúmeros problemas às “populações autóctones”, como a falta de tratamento de esgoto, o aumento da população nas altas temporadas e, conseqüentemente, da produção de lixo, falta de água e luz e outras inúmeras situações que se tornaram corriqueiras devido à pressão que o turismo exerce sobre o meio ambiente “em nome do desenvolvimento econômico” (LUCIARI, 1999).

Diante do grande crescimento da “indústria turística” e de seus impactos, muitos estudos sobre a relação turismo e meio ambiente foram e têm sido desenvolvidos no mundo todo. Grande parte destes estudos foca os impactos ambientais que o turismo provoca e também o comportamento dos turistas em meios naturais (REJOWSKI, 1996). Mas, apesar de a pesquisa científica em turismo apresentar grande crescimento, nota-se que há apenas uma pequena produção científica relacionada à formação profissional em turismo e sua relação com a temática ambiental.

No Brasil, os estudos que relacionam formação profissional de bacharéis em turismo e a temática ambiental estão começando a se desenvolver. Nas buscas realizadas pudemos encontrar quatro pesquisas que investigam estas questões: uma dissertação de mestrado sobre a Educação Ambiental em curso superior de Turismo defendida na PUC – Minas no ano de 2004 (CÂMARA, 2004); e três resumos no 1º Congresso Nacional de Ecoturismo, sendo um sobre sustentabilidade (MARTINS, M.R; STIGLIANO, B.V; NEIMAN, Z.) um sobre ecoturismo (MARTINS, M.R; SILVA, P.S; NEIMAN, Z.) e outro sobre formação de educadores ambientais (KARNOPP, P.K.F; MACEDO, R.L.G; MACEDO, B.S) nos cursos de Turismo de todo país em 2007.

Esta é uma lacuna que se apresenta aos pesquisadores do tema turismo e meio ambiente, os quais, sem dúvida, precisam se voltar à formação profissional dos bacharéis em turismo para entender esta outra face da relação existente entre turismo e temática ambiental.

Entendemos que as tentativas para responder a questões como a ambientalização curricular nos cursos de Turismo poderiam contribuir para aprofundar o debate hoje presente em nosso país sobre a relação entre atividade turística, impactos ambientais e a formação profissional em turismo. Devido à emergência da crise ambiental e ao alto índice de crescimento do turismo em todo o mundo, a discussão das questões relacionadas à “sustentabilidade e racionalidade ambiental” e quanto elas estão ou não presentes em cursos superiores de turismo tornam-se necessárias.

Bibliografia

BORNHEIM, G. Filosofia e Política Ecológica. **Revista Filosófica Brasileira**, v. 1, n. 2, dezembro de 1985, p. 17-24.

CÂMARA, M.M.D. **Educação ambiental no curso de Turismo. 2004.** 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2004. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CamaraMM_1.pdf. Acesso em 20 ago. 2006.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** 2ª edição. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2002.

CARVALHO, L.M. **A temática ambiental e a escola de 1º grau.** 1989. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo:1989.

DESCARTES, R. **Discurso do método.** Coleção os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

HAMZAH, A. The evolution of small-scale tourism in Malaysia: problems and opportunities, and implications for sustainability. In: STABLER, M.J (Ed.). **Tourism and sustainability: principles and practice.** Wallingford: CAB International, 1997.

HOGAN, D.J. Ecologia humana e as ciências sociais. In: **Jornada brasileira de ecologia humana**, 2. ANAIS. Campinas, Unicamp, 1981.

KARNOPP, P.K.F; MACEDO, R.L.; MACEDO, B.S. **Formação de Educadores Ambientais em cursos de graduação em Turismo da região norte do Brasil.** n.1, 1º Congresso Nacional de Ecoturismo. Itatiaia: 2007. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Resumos244.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2007.

- LAGE, B.H. G; MILONE, P. C. **Economia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In: LEFF, E (Coord.). **Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LIMA, G.F.C.L. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C.F.B (Org.), et. all. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2003. p. 109-141.
- LUCHIARI, M.T.D.P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 1999.
- MARTINS. M.R; SILVA, P.S; NEIMAN, Z. **A inserção da temática ambiental e do ecoturismo nos cursos de graduação de ensino superior de instituições de ensino superior de instituições de ensino superior públicas brasileiras**. n.1, 1º Congresso Nacional de Ecoturismo. Itatiaia: 2007. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Artigos/Artigo1.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- MARTINS. M.R; STIGLIANO, B.V; NEIMAN, Z. **A temática da sustentabilidade na formação de profissionais de turismo em instituições de ensino superior públicas do Brasil**. n.1, 1º Congresso Nacional de Ecoturismo. Itatiaia: 2007. Disponível em: <http://www.physis.org.br/ecouc/Resumos/Resumo15.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2006.
- JUNYENT, M; ARBAT, E; GELI, A.M. Características de la ambientalización curricular: modelo aces. In: JUNYENT, M (Ed.), et all. **Ambientalización curricular de los estudios superiores**. Girona: Universidade de Girona, 2003. p. 15-17.
- PAVESSI, A. **A ambientalização curricular da formação do arquiteto: o caso do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (CAU, EESC – USP)**. 2007. 208 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos: 2007.
- REIJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. 5ª edição. Campinas: Papirus, 1996.
- RIOJAS, J. A complexidade ambiental na universidade. In: LEFF, E (Coor.). **Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 217-240.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 5ª edição. Campinas: Papirus, 1999.

SEVERINO, A.J. **FILOSOFIA.** São Paulo; Cortez, 1994.

SILVA, M.S. FERNANDES.F.M. Turismo, desenvolvimento local e pobreza no município de Porto Seguro – BA. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 51, 2005. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/051/51fernandes_silva.htm>. Acesso em 07 julho 2006.

SOFFIATI, A. Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, C.F.B (Org.), et.all. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania.** 3º edição. São Paulo: Cortez, 2005. p. 23-77.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação Ambiental e sustentabilidade.** Anais do Encontro Internacional de Agroecologia. CDRomm, Faculdade de Ciências Agrônômicas. Botucatu: 2001.

TRIGO, L.G.G. A importância da educação para o turismo. In: LAGE, B.H.G (Org.). **Turismo: Teoria e Prática.** São Paulo: Atlas, 2000. p. 243-255.